

A proposta da comunidade científica aos candidatos

por Jussara Maturato
de São Paulo

A comunidade científico-tecnológica entregará aos dois candidatos que disputarão o segundo turno das eleições à Presidência da República sua proposta para uma política de ciência e tecnologia na década de 90. O documento será assinado por cerca de 100 entidades e instituições de ensino, pesquisa, sindicais, empresariais entre outras, informa Allen Habert, diretor da Federação Nacional dos Engenheiros, uma das associações que assinam o documento.

Ontem, em São Paulo, Habert apresentou a proposta básica a partir da qual os representantes das diversas entidades e instituições discutirão no próximo dia 27 em Brasília. "Deste encontro sairá o documento definitivo a ser encaminhado aos candidatos em sessões públicas durante a próxima semana", diz o diretor.

Três diretrizes norteiam esta versão inicial. A primeira diz respeito à criação do Ministério da Ciência e Tecnologia como forma de fortalecer e trazer estabilidade ao setor. Nos

últimos quatro anos, a Pasta teve cinco titulares até ser extinta, o que implicou prejuízos financeiros e políticos à área, salienta o documento.

Outra diretriz aborda uma antiga reivindicação da comunidade: mais recursos. O setor pleiteia um aumento dos atuais níveis de investimento, que giram em torno de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com suas projeções já no primeiro ano de governo os investimentos deveriam representar 1% do PIB, 2% em 1994, para chegar ao final da década com recursos beirando os 3% atingindo o volume de recursos hoje praticado pelos países desenvolvidos. Ainda neste sentido, a idéia é estimular a iniciativa privada a investir mais na área. Segundo Habert, atualmente os gastos privados representam apenas 7%.

A terceira recomendação propõe mudanças no plano educacional a partir de medidas básicas como a reformulação do ensino de 1º e 2º graus. Entre as propostas específicas, o documento defende a elaboração de uma lei orgânica para o setor.